`

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO DA AGENDA 2030 PARA OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

O Grupo de Trabalho da Agenda 2030 para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, no âmbito do Ministério da Saúde (GT-ODS), instituído por meio da Portaria GM/MS nº 5.361, de 13 de setembro de 2024, é uma instância colegiada, de natureza consultiva, opinativa, sugestiva, elaboradora de pareceres, estudos, manifestações e sugestões, sendo destinado ao acompanhamento, monitoramento e produção de informações afetas à promoção da Agenda 2030 e ao alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, no que se relacionam ao desenvolvimento do Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3). A primeira reunião deste GT, coordenado pela Secretaria Executiva, ocorreu no dia 07 de fevereiro de 2024, na Sala Síntese, localizada no 9º andar, do Ministério da Saúde (MS), em Brasília/DF, tendo início às 10h19min. Estiveram presentes, membros indicados pelas unidades do MS. Além de outros colaboradores deste órgão, conforme a lista de presença, em anexo.

A 1ª Reunião Ordinária do GT-ODS teve início com a apresentação dos membros e demais pessoas que participaram da reunião presencialmente e virtualmente.

O assessor do Gabinete da Ministra, **Valcler Rangel**, cumprimentou a todos e pediu desculpas por não estar participando de forma presencial. Ele ressaltou o esforço que a Secretaria-Executiva (SE) está fazendo no sentido de reunir todas as secretarias e instituições do MS, no sentido de dar uma direcionalidade e um alinhamento no alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável, sendo que o MS é o único Ministério que está instalando esse tipo de dispositivo para promover um acompanhamento mais integral dos ODS, que acabamos ficando muito ligados ao ODS 3, sendo que, também, há uma responsabilidade muito intensa, tanto do DEMAS/SEIDIGI, quanto da Secretaria de Vigilância em Saúde, que acabam se envolvendo muito mais com essas temáticas, com as metas que estão definidas no ODS 3, mas nós sabemos que o alcance dos ODS, a possibilidade de trabalharmos ODS nos guia, no sentido do planejamento do Ministério e nos guia nas ações que estamos desenvolvendo em cada uma das secretarias e instituições ligadas ao Ministério. Houve uma reformulação neste governo sobre a CNODS (Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) que a colocou em um outro patamar, tanto de articulação com a sociedade civil e do conjunto de ministérios. Então, esse grupo de trabalho é muito bem-vindo no

sentido de agregar valor a todo esse movimento que está sendo feito pelo governo. Nos colocamos à disposição.

Após, fez uso da palavra, **Henrique Chaves**, assessor da SE, destacando a importância dessa pauta para o Ministério e para Secretaria-Executiva, que estavam ali para instalar o GT, e memorar os seus objetivos, estabelecer as principais e primeiras pactuações. Ressaltou, também, o papel da comunicação, para além do monitoramento e do fluxo dos indicadores, assim como a transparência dos indicadores, dos números, de incluir essa pauta na comunicação com a sociedade, com os demais órgãos públicos, não ficar uma coisa só interna do MS. Então, é lógico que um dos objetivos é de fato garantir o acompanhamento adequado dos números. Mas, além de instalar o GT, essa reunião de hoje é para apresentar as ações do MS em curso no que tange a pauta dos ODS e o motivo da criação desse GT. Lembrar os objetivos do GT, fazer pactuações iniciais com o estabelecimento do fluxo de atualização dos indicadores, criação de um painel de monitoramento e também a reunião conjunta com o Comitê Consultivo de Monitoramento e Avaliação do SUS.

E, também, analisar as propostas de plano trabalho coletadas por e-mail. Na sequência, **Luiza Calvette, assessora da SE**, fez uma apresentação a respeito dos ODS, onde relatou que a Agenda 2030 foi adotada em 2015, inclusive para o Brasil, no âmbito da ONU e implementada a partir de 2016, sendo 17 objetivos, divididos em 169 metas, sendo que no Brasil houve uma iniciativa importante do presidente Lula e do Ministério da Igualdade Racial, de criar o ODS 18.

A apresentação contemplou os seguintes tópicos:

- Os 18 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- Relatório Nacional Voluntário e Relatório Luz;
- Ações governamentais alinhadas aos ODS;
- Metas em Destaque – ODS 3;
- Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS);
- Câmaras Temáticas
- GT ODS: Governança no âmbito do Ministério da Saúde;
- Portaria GM/MS nº 5.361, de 13 de setembro de 2024, fica instituído o Grupo de Trabalho da Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no âmbito do Ministério da Saúde.
- Plano de Trabalho do GT ODS;
- Rede Interagencial de Informações para a Saúde (Ripsa); • Iniciativas ODS 3 no Ministério da Saúde: Como Articular?

Com a finalização da apresentação, a palavra foi aberta para os demais membros. Nesse momento, **Dácio Rabello (SVSA)** disse que as possibilidades de discutir a questão dos ODS são imensas, são muitas abordagens, que poderiam ser trazidas na

reunião, mas que o momento era de ser um pouco mais objetivo, já que o objetivo específico era da implantação do GT e como uma primeira tarefa, a construção do plano de trabalho.

Destacou que essa agenda é antiga dentro do MS, desde 2016, durante um período, o processo foi coordenado pela SVSA. Depois, veio a questão do GTODS, que foi implantado ainda em 2019. Após isso, houve um processo de desconstrução e de desmonte dessa agenda no âmbito nacional, incluindo a destruição da Comissão Nacional.

O Governo atual tem realizado esforços para retomar esse processo, e com esse GT, tentase dar centralidade para a governança e do que se quer construir, destacando a necessidade de tentar corrigir algumas coisas que estão na portaria ou aprimorá-las.

Dacio destaca que ter um Regimento Interno do GT é a primeira coisa que acha importante, pois define o modus operandi, ao falar de quórum é de opinião que não pode ser o titular e o suplente da mesma Secretaria, deveria ser um por instância que está aqui representada. Outra questão destacada por Dacio foi a questão das metas, que as metas globais, não são as metas nacionais. Um debate importante é como vamos alcançar uma meta nacional se não incluo nessa discussão, quem opera a política de saúde nacional como um todo, se não temos os atores da tripartite aqui, não se pode falar de tripartite ou de articulação, sendo que para o alcance das metas, é preciso fracionar os esforços.

Continuando, Dacio, exemplifica, se o Brasil definiu que a sua meta para mortalidade materna é 30 para cada 100.000, qual é o tamanho do esforço do estado do Paraná? Qual é o tamanho do esforço do estado da Bahia? Qual é o tamanho do esforço do estado do Amapá? Cada um desses estados puxa a média nacional numa direção diferente.

O que significa que nós partimos de pontos de partida diferentes em cada um desses locais. E os esforços vão ter que ser diferentes para que a meta nacional seja alcançada. Eu acho que é preciso voltar essa pauta, inclusive, provavelmente até para tripartite, que falava dessa questão, das metas infranacionais.

Na sequência, o diretor do **DEMAS/SEIDIGI, Paulo Sellera**, fez uma retrospectiva e ressaltou que na época dos ODM (Objetivos do Desenvolvimento do Milênio) fazia-se essa desagregação, das metas e dos resultados dos indicadores, por estado e município, de modo que o DEMAS concentrava isso na SAGE (Sala de Apoio à Gestão Estratégica) e enviava essa informação para a SRI (Secretaria de Relações Institucionais) para uma agenda com os prefeitos e isso gerava uma conotação, inclusive, de comunicação, de valorização dos prefeitos que conseguiam atingir as metas pactuadas dos ODM.

Sobre a proposta do regimento, ele concorda que é importante, mas, nesse momento, é relevante saber o que cada um está fazendo em relação aos ODS.

Em seguida, ele mencionou o esforço, que passou a ocorrer no início de 2024, para identificar as iniciativas relativas aos ODS, que estavam sendo feitas de forma orgânica dentro do MS, na tentativa de juntá-las. O DEMAS tem um TED com a Fiocruz-RJ, que trata disso, que dá subsídio à elaboração dos Relatórios Nacionais Voluntários (RNVs) e temos o GT da SVSA que estava discutindo os ODS. Assim, surgiu a ideia desse GT, para reunir esses atores, que podem contribuir de fato para o alcance desses indicadores. Além disso, ele comentou sobre o painel abordado na apresentação feita pela Luiza Calvette (SE) e ressaltou a necessidade de articular, organizar e definir o que cada um vai contribuir, para não ter risco de as informações mostradas no painel não serem úteis. Assim, é preciso estabelecer um fluxo de validação dos indicadores para o que será mostrado ser confiável, com números verdadeiros em relação ao que a gente está acompanhando. E colocou o DEMAS a disposição para contribuir nesse trabalho.

Uma outra ação importante citada por Sellera, foi a utilização da ficha padronizada de indicadores, aprovada no Comitê Consultivo de Monitoramento e Avaliação do Sistema Único de Saúde (CCMA-SUS), comitê que tem representação de todas as Secretarias do MS, incluindo a CGPL da SPO/SE e a Assessoria Especial de Controle Interno. Até essa padronização existiam sete fichas dentro do MS, mais a da RIPSA. Essa ficha está sendo utilizada para os dados que são apresentadfos na Sala de Apoio à Gestão Estratégica (SAGE) e enviados ao Gabinete Adjunto de Informações em Apoio à Decisão do Gabinete Pessoal do Presidente da República – GAIA/GPPR, para a Casa Civil, Gabinete da Ministra, Assessoria Especial de Informações do gabinete da Ministra e para a ASCOM. Para finalizar, ele pontuou que gostaria de ouvir dos colegas e das instituições o que cada um está promovendo em relação aos ODS, tendo em vista que essa pauta é importante e estratégica para o governo e para o MS.

Marli Montenegro Silva (SVSA), afirmou não ter havido uma parada do trabalho relacionado aos ODS dentro do MS. Mesmo quando a gestão anterior, descontinuou o grupo a nível nacional, o trabalho desenvolvido é de identificar as fontes, discutir a definição e construção dos indicadores.

Lembrou que, como Luiza (SE) mencionou, o grupo definiu os indicadores, a nível global.

Esse trabalho passou a ser feito a nível da SVSA, que hoje tem 70% dos indicadores do ODS 3.

Além disso, Marli ressaltou que no ODS 16, existe um indicador que é respondido a partir de um sistema de informação que está sob responsabilidade da SVSA, por isso,

gostaria de verificar como é que fica isso no plano de trabalho do GT.O trabalho que foi desenvolvido está todo publicado no site do ODS Brasil, que é o site oficial, de modo que o IBGE, é o responsável pelo mesmo.

Marli traz que os indicadores estão nesse site, sendo que cerca de 80% de 70, a SVSA tem sobre a sua responsabilidade e estão publicados. Então, todo ano é realizada uma atualização para que esses dados estejam lá. Ademais, ela reforçou que não houve uma parada total desse trabalho, e, às vezes, isso não é claro, nem mesmo dentro do MS. Além disso, trabalharam no relatório nacional voluntário junto com o IBGE, o IPEA e demais parceiros.

Em seguida, Dácio Rabello (SVSA) relatou que observando as falas dos dois colegas anteriores percebe-se a necessidade de articulação das áreas técnicas do MS e esse é o grande trabalho, de modo que a construção dos indicadores é apenas uma parte do trabalho, construir os indicadores é muito importante.

Dacio afirma que, o compromisso com a meta, articulação da meta com as ações, com as políticas, tudo isso é para ser desenvolvido daqui pra frente, e é isso que conta, não é só uma questão de informação, não é só uma questão de ter um painel, que é fundamental para dar visibilidade àquilo que estamos fazendo. Mas, o fundamental é para que nós estamos fazendo isso.

Nós estamos assumindo compromissos internacionais e devemos aproveitar esses momentos em que os desafios estão colocados numa agenda internacional para fazer o debate interno e construir os nossos compromissos internos também.

Então, ressaltou a questão da tripartite, porque isso não é uma conversa fácil, mas que não existe conversa fácil no MS, muito menos para a Secretaria-Executiva, que deve assumir esta responsabilidade. E uma coisa que é muito séria, é a ausência de indicadores calculados por problemas com as fontes. De 169 metas do nacional, nós temos 42% das metas, ou seja, 71 metas, que não puderam ser aferidas por falta de dados. Na saúde, são 28 metas e 12 delas, nós também não fizemos. E, isso, às vezes tem a ver também com a falta de engajamento da área para fazer proposta de alternativa.

Então, tem que chamar as áreas e desafiá-las, se não tem fonte, hoje, o que pode ser feito? Uma estimativa? E, que esse GT pode promover o empoderamento e o engajamento das Secretarias e das áreas técnicas, no comprometimento de construção dos indicadores, e, depois, na articulação com as ações.

Lucia Regina Florentino Souto, chefe da Assessoria de Participação Social e diversidade do Gabinete MS, mencionou que a grande coisa desse GT é superar essa fragmentação, que não tem como chegar a lugar nenhum com esse grau de fragmentação, de compartimentalização dessas informações e desses dados.

Depois, ela questionou se o Conselho Nacional de Saúde já foi chamado para integrar este grupo, visto que considera essa questão da democratização de informações algo vital. A Secretaria Geral da Presidência da República está trabalhando na lógica que sociedade é uma parceira para além da tripartite, dos estados e municípios, sendo que deve haver no plano de trabalho esta preocupação de envolver a sociedade. Ressaltando, novamente, sobre a participação do Conselho Nacional de Saúde, ela disse que as dezenas de comissões de trabalho deste órgão trabalham com essa discussão e precisam estar integradas nesse esforço nosso, de transformar a realidade, que é para isso que os ODS existem.

José Antônio (FUNASA) complementou que quando o Paulo Sellera (DEMAS) perguntou o que a Funasa está fazendo em relação aos ODS, cabe destacar que os programas deste órgão estão muito mais relacionados ao ODS 6, que é o acesso a água e saneamento. Então, tratando de saúde esse objetivo estratégico não pode ser desconsiderado. Em seguida**, Alexandre Pena Ghisleni, chefe de Assessoria Especial de Assuntos Internacionais (AISA)**, ponderou que para poder definir um plano de ação, é preciso ter um mapeamento da situação no Brasil a respeito de cada uma das metas, questionando se já dispomos de tais informações, sendo respondido que essas informação consta do Relatório Voluntário do governo e do Relatório Luz, esse último, produzido pela sociedade civil.

O Relatório Luz vem sendo pela sociedade civil, de modo que foram feitos 7 relatórios anuais, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. Na sequência, Alexandre Ghisleni (AISA) questionou a respeito da participação da sociedade civil e dos entes federativos, sendo os últimos fundamentais porque as decisões que forem tomadas no GT, vão ter que ser implementadas na CIT. Uma sugestão feita por ele foi a possibilidade de ter na organização das reuniões do GT, a opção de reuniões plenárias, momento que se incluiriam os entes federativos e a sociedade civil, diferente das reuniões ordinárias de coordenação do lado governamental do grupo, onde poderiam ser feitas cobranças quanto a coordenação e distribuição de tarefas, coisas que são mais típicas do funcionamento interno do governo. **Alisson Maciel de Faria Marques (SAES)** trouxe que há 71 indicadores, mas que é um desafio alcançar a todos, tendo em vista que é importante entender o que acontece nos territórios. Dessa forma, entende que é fundamental o envolvimento tripartite, com estados e municípios e metas compartilhadas. Além disso trouxe que seria interessante o GT levar e apresentar as metas e seus indicadores no Brasil para o Conselho Nacional de Saúde e suas câmaras, inclusive das instâncias deliberativas. O CNS tem seus espaços deliberativos e é importante que tragam o compromisso da sociedade civil com as nossas metas, para que seja possível alcançá-las nos territórios.

Também relembrou o Brasil 2050, um planejamento de longo prazo, que serve de exemplo da importancia de trazermos os planejamentos de longo prazo nacionais e, na medida do possível, tentar fazer alinhamentos para ganhar esforço e qualidade, combinando esforços de planejamentos.

Em seguida, **Zorilda Gomes (Fiocruz)** disse que para contribuir um pouco com o que está previsto na agenda da Comissão Nacional dos ODS, vai dialogar muito com essa estratégia adotada e a metodologia do grupo de trabalho.

Ela relatou que foi realizada uma primeira reunião, esse ano, para pensar o escopo, a metodologia e o desenho do terceiro Relatório Nacional Voluntário (RNV), sendo que a Fiocruz participou ativamente da construção do segundo Relatório Nacional Voluntário, como órgão de assessoramento técnico, não só olhando indicadores e metas, mas também contextualizando o cenário internacional e ajudando a escrever o texto assinado pelo presidente Lula.

O grupo de trabalho de elaboração do RNV é o mesmo que tem o ano passado, com os órgãos de assessoramento. Então, na próxima reunião vai ser pensado o escopo da metodologia e de como será o novo formato do RNV, entende que não será o mesmo do ano passado, em que foi trazido todo o histórico do desmonte.

Zorilda continua sua fala dizendo que o GAIA-PR teve um papel importante no texto do RNV, que o presidente assinou. Agora, temos que dizer no que avançou e qual é a mensagem que o Brasil vai dar no ano que vem, que é o último ano do governo do presidente Lula 3. A CNODS incorporou mais 2 grupos de trabalhos aprovados, em novembro, na reunião que foi feita no Rio de Janeiro, durante a cúpula social do G20, que é um GT de monitoramento, mas está carecendo de ter um debate mais alinhado e estratégico sobre os indicadores e metas.

Além disso, ela informou que existem 2 GTs, que estão em curso.

O grupo da Fiocruz vai começar a formatar o modelo de monitoramento e o GT do Brasil 2050, da estratégia Brasil 2050. Porque a ideia é lançar a estratégia Brasil 2050 metade do ano de 2025, como uma entrega para a COP 30.

E este ano, o fórum de alto nível vai aprofundar o debate dos indicadores do ODS 3. Então, é preciso estarmos muito atentos a essa agenda.

A respeito do ODS 18, ela relatou que o mesmo está em plena caminhada e já está com 71 indicadores.

Depois, **Wanessa Tenório (ANVISA)**, propôs que o GT tivesse algumas prioridades, como garantir que os dados, de fato, sejam coletados; ter a disponibilidade e a transparência dos dados, inclusive aqueles que são subnacionais; e o terceiro ponto, é a questão do próprio alcance dos resultados, esse GT precisa se comprometer a fazer com que o Brasil alcance as metas que foram colocadas, sendo que nesse ponto a

Anvisa tem uma experiência positiva, com a gestão por OKR e existe uma experiência piloto com alguns estados, sendo que existem relatos deles, de que de fato, eles se comprometeram com aquela meta, e a cada 2 meses, tem-se reunião com eles e eles informam como é que está o andamento disso. **Bianca Roesner Lima (ASCOM),** ressaltou que a maioria das nossas pautas positivas cruzam diretamente com os objetivos, porque elas vão passar pela eliminação de doenças, pelo alinhamento mundial e pelo alinhamento com a OMS, dessa forma aponta que a forma como tratarmos os ODS será refletido diretamente nas pautas da comunicação do Ministério da Saúde. Apontou também sobre a importância do alinhamento das áreas sobre os indicadores das metas alcançadas e os esforços para isso, para que isso possa reverberar em estratégias de comunicação.

Em seguida, **Paulo Sellera (DEMAS/SEIDIGI)** falou sobre a complexidade de fazer um mapeamento no MS. **O DEMAS acabou de fazer um inventário, que todas as Secretarias encaminharam, com base nos dados preliminares deste inventário, temos 47 políticas nacionais, com 69 programas, 12 estratégias e 47 redes envolvidas.** Então, essa é a dimensão, do que temos de produção, de ações que estão parte no PPA, parte no Plano Nacional de Saúde, parte estarão no Planejamento Estratégico Institucional do MS e um pedaço disso pode estar, inclusive, relacionado aos ODS. Então, é muito importante termos esse mapeamento e esse é o esforço que está sendo feito no DEMAS de **cadastrar todas as políticas, os programas e relacionar com os indicadores que temos no MS, inclusive sobre o ODS**. Além de contar com a **RIPSA**, que está debatendo 200 indicadores de saúde, que estavam desatualizados há 10 anos.

Ademais, ele destacou que é fundamental somar e organizar os esforços, para não termos esforços isolados.

Para finalizar a reunião, **Luiza Calvette (SE)** ressaltou que faltou a representante da SECTICS para fechar o quórum de participantes, e agradeceu a todos pela presença, sendo que a reunião foi muito proveitosa para ficar todos alinhados, entender os desafios, entender um pouco o que cada um está fazendo e o papel de cada um no GT. Enquanto, Secretaria-Executiva o objetivo é justamente poder propiciar esse momento de alinhamento entre todas as áreas do MS e às vinculadas.

Assim, na nossa próxima reunião, será possível debruçar sobre o plano de trabalho e aprovar esse plano junto com o regimento interno. E, caso alguém tenha algum outro documento que ache importante poderá também compartilhar com o conjunto da equipe, e dessa forma poderá será enviado todos juntos.

Encaminhamentos:

- A partir das contribuições de cada um dos membros, será feito pela SecretariaExecutiva uma nova proposta de plano de trabalho para ser disponibilizado para os membros que, com isso, devem fazer novas contribuições, para que o plano de trabalho seja aprovado na próxima reunião ordinária do GT. Também foi deliberado a construção de um regimento interno do GT.

Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2025.